

POSSIBILIDADES E LIMITES NO AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Giovana Aglio de OLIVEIRA¹

Mariana Molina GODOY²

Juliene Aglio de OLIVEIRA³

Este trabalho foi elaborado a partir de uma atividade da aula de Supervisão Acadêmica I, que tem como objetivo trazer a tona nosso campo de estágio e apresentar possibilidades e limites na objetivação e atuação dos profissionais que atuam na instituição. O campo de estágio é o Ambulatório de Saúde Mental de Presidente Prudente onde trabalham médicos, farmacêuticos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, setor administrativo e setor de atendimento, atendendo os pacientes Portadores de Transtornos Mentais e Tabagistas de Presidente Prudente e região. O atendimento no Ambulatório tem um enfoque na demanda imediata, mas é necessário um olhar crítico de toda a equipe técnica para desvelar todas as necessidades deste sujeito, rompendo com paradigmas de preconceitos, dando suporte aos pacientes e suas famílias para que o profissional crie vínculos com esses profissionais, identificando as demandas para que sejam inseridos em outras políticas. A reforma psiquiátrica coloca que o serviço de saúde mental deve ser descentralizado e que o mesmo seja de gestão do município e o Estado e União devem dar suporte para que município consiga atender toda a demanda, mas isso não ocorre em Presidente Prudente, pois o Ambulatório ainda é dirigido pelo Estado, ficando os serviços paralisados por falta de novas contratações de profissionais e assim gerando a falta de novas ações. Observa-se que o paciente do Ambulatório possui um vínculo com a medicação e não com os profissionais, na maior parte das vezes não sabem o nome do médico que o atende, sendo assim quase não há encaminhamentos para os outros serviços que o ambulatório oferece como o Serviço Social. Portanto, é necessário um diagnóstico da realidade desses pacientes, para que haja um planejamento das ações que serão desenvolvidas a partir das condições de vida dos pacientes. O profissional de Serviço Social tem atribuições e competências para ser o gestor destas ações com o enfoque no projeto ético político, não deve ter nenhum tipo de discriminação e deve reconhecer esses sujeitos em defesa de seus direitos, tendo compromisso com a qualidade dos serviços prestados, buscando autonomia, emancipação e empoderamento desses sujeitos e também dê um suporte para sujeito e sua família aceitar o transtorno mental e a situação em si. E por fim que haja uma rede integrada com princípios democráticos e ampla participação não só das organizações governamentais mais também do terceiro setor, sendo necessárias mobilizações dos fóruns, conselhos, conferência e também que esse sujeito participe destas ações para potencializar uma visão crítica rompendo com esse processo de exclusão.

Palavras-chave: transtorno mental, serviço social, família, paciente, ambulatório.

¹ Aluna do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente/SP. Contato: giovana_aglio@hotmail.com.

² Aluna do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente/SP. Contato: mah_mol@hotmail.com.

³ Orientadora, coordenadora do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente. Contato: julieneaglio@unitoledo.br